

Os últimos lances do acordo da dívida

ANA MARIA MANDIM
Correspondente

WASHINGTON — O acordo da dívida externa, que o Ministério da Fazenda anunciou ter sido fechado às 19h30 de sexta-feira (hora do Brasil), só foi, realmente, finalizado, duas horas e meia depois. Sua preparação, entretanto, se iniciou um mês antes, após 12 anos de negociações, desde que o México, em 6 de setembro de 1982, anunciou a moratória de sua dívida, provocando o pânico entre os bancos credores, que cortaram o crédito aos demais devedores, entre eles, o Brasil.

Desde meados de março, técnicos do Tesouro brasileiro, da Procuradoria Geral da Fazenda e de diferentes áreas do Banco Central revezavam-se em viagens a Nova Iorque, acertando os últimos detalhes do acordo do Brasil com os bancos credores. A maratona final, sob a orientação do presidente do Banco Central, Pedro Malan, começaria na última quinta-feira de manhã e terminaria uma hora e quarenta minutos antes do prazo fatal de 15 de abril, à meia-noite, estipulado no acordo assinado entre o Brasil e os bancos credores em Toronto, Canadá, em novembro do ano passado. De quinta para sexta, Malan dormiu apenas três horas.

Por isso, ao deixar o escritório dos advogados dos bancos, na sexta-feira, às 22h20, hora do Brasil, acompanhado de cinco técnicos do Banco Central e do diretor do Banco Mundial Marcos Caramuru de Paiva, o presidente do Banco Central trazia a fisionomia mais relaxada e um cachimbo (apagado) entre os lábios. O acordo havia sido fechado às 21h30. Já a partir de amanhã, segundo informou Malan, os novos bônus da dívida brasileira "estarão no mundo" e começarão a ser negociados nas bolsas.

A maior preocupação de Malan durante a finalização do acordo era cumprir os prazos, mas contra isso conspiravam os fusos horários: Japão e Europa fechavam antes e era preciso resolver todas as questões com os credores sobre garantias, depósitos e dezenas de outros detalhes técnicos. Um desses detalhes era obter *wavier* (dispensa de pagamento) de agências de crédito, como o Eximbank, pelo fato de o Brasil não ter conseguido o *stand-by* (crédito obtido sob determinadas condições) do FMI, condição estabelecida em Toronto.

Malan não quis entrar em detalhes sobre a notícia que circulou na sexta à tarde, de que alguns

bancos haviam reclamado da falta de pagamento de dívidas por parte de prefeituras brasileiras. "O Brasil é um país muito grande, pode ter havido esse tipo de problema, mas isso não afetou o acordo", afirmou, enquanto percorria, em noite fresca e silenciosa, as poucas centenas de metros que separam o escritório dos advogados dos credores, Sherman & Sterling, das instalações dos advogados do Banco Central do Brasil, Arnold & Porter, entre as avenidas Lexington e Park.

A maior dificuldade, esperada por todos, não aconteceu. A família Dart — individualmente o quarto ou quinto maior credor do Brasil — não se manifestou. Mas, se eles resolvessem, poderiam, ainda, *melar* o acordo? Esta é, possivelmente, a única pergunta que irrita Malan. "O Brasil acaba de resolver um problema de US\$ 51 bilhões e fica todo mundo se preocupando com um de US\$ 1,4 bilhão", diz. "Parece que existe um baixo astral, uma mania de achar que só os outros são bons, competentes, e nós, brasileiros, não. O acordo está fechado e não há forma de reverter isso. Nós continuamos em contato com os Dart. Se eles resolverem ir para a Justiça, nós vamos brigar, como se faz em qualquer país capitalista."

O acordo feito pelo Brasil com os credores é melhor do que o mexicano e o argentino. A garantia inicial do acordo brasileiro, entregue aos credores na sexta-feira, totalizava US\$ 2,8 bilhões, dos quais US\$ 2,427 bilhões em garantia do principal e US\$ 373 milhões em garantia de juros. O Brasil adquiriu no mercado os títulos *zero coupon* do Tesouro americano, que constituem a garantia do principal.

A garantia restante do acordo, a ser entregue em quatro prestações ao longo de dois anos, totaliza US\$ 1,083 bilhão, dos quais US\$ 315 milhões são garantia do principal, e US\$ 768 milhões, garantia de juros. O Brasil espera poder contar com o aporte de recursos das organizações multilaterais de crédito e, para isso, pretende negociar acordos com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), após a conclusão do *stand-by* com o FMI.

Em lugar de ser a filial de Nova Iorque do Federal Reserve a guardião das garantias do acordo, essa função ficará a cargo do Banco de Compensações Internacionais (BIS), o banco central dos bancos centrais, com sede na Basileia, na Suíça. Parte das garantias ficará no FED, mas a responsabilidade estará com o banco suíço.

AS GARANTIAS

País	Dívida negociada (US\$ bilhões)	Garantia (US\$ bilhões)	Garantia/dívida (%)
Brasil	49,0	3,88	7,7
México	47,7	7,16	15,0
Argentina	29,3	3,03	10,3

Fonte: Banco Central